

LIVRE CONCORRÊNCIA NA CONCEPÇÃO DE ADAM SMITH¹

IT EXEMPTS COMPETITION IN THE CONCEPTION DE ADAM SMITH

Heraldo Felipe de Faria²

Sumário: 1. Introdução, 2. Desenvolvimento, 2.1. Motivos que Propiciaram o Nascimento da Economia Política, 2.2. A Influência de Adam Smith na Política Econômica, 2.3. A Divisão de Trabalho e o Mercado, 2.4 A Influência do Estado no Mercado, Conclusão, Referências.

RESUMO

A Revolução Industrial Inglesa foi o marco da consolidação da economia, através de um estatuto próprio, sendo caracterizada por relações econômicas de troca e socialmente emancipada da religião e da política. Adam Smith, através das obras: *A Teoria dos Sentimentos Morais e Riqueza das Nações*, delinea o surgimento da ciência da Economia Política, com o propósito de reger uma nova e emergente sociedade econômica, que se mostrava oposta à situação mercantilista, até então estabelecida. O axioma “mão invisível” de Smith combina uma série de fatores que se apresentam com objetivo investigar o processamento do aumento real da riqueza da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Economia Política; Sociedade; Divisão de trabalho; Produtividade.

ABSTRACT

The English Industrial Revolution was the landmark of the consolidation of the economy, through a proper statute, being characterized for economic relations of exchange and socially emancipated of the religion and the politics. Adam Smith, through the workmanships: *The Theory of the Moral Feelings and Wealth of the Nations*, delineates the sprouting of the science of the Economy Politics, with the intention to conduct a new and emergent economic society, that if showed opposing to the situation, until then established. The axiom “invisible hand” of Smith combines a

¹ Artigo recebido em: 26/10/2010. Aceito para publicaçãoem: 22/11/2010.

² Mestre em Direito pela Universidade de Marília; Especialista em Direito Civil e Processo Civil pelo CESUSC – Centro de Estudos Sociais de Santa Catarina; Advogado e jornalista em Londrina - Paraná. E-mail: proffelipe01@hotmail.com

series of factors that if present with objective to investigate the processing of the real increase of the wealth of the society.

KEY-WORDS

Economy Politics; Society; Division of work; Productivity.

1 INTRODUÇÃO

As transformações que sacudiram a sociedade europeia a partir do desmantelamento do regime feudal são conexas à expansão do comércio e à formação dos estados nacionais. O absolutismo, ancorado na hegemonia do capital comercial, desenhou, aí, a política econômica ajustada a seus fins: o mercantilismo. O fortalecimento do poder do Estado foi a peça central que norteou uma série de medidas práticas. O protecionismo, a acumulação de saldos na balança comercial, os estímulos ao comércio de longa distância, o escravismo colonial, o desenvolvimento da marinha mercante e o crescimento demográfico se articularam, sempre, em torno a um mesmo princípio: o Estado forte. Forte em braços, forte em armas, forte em ouro. Capital comercial, absolutismo e mercantilismo conformam, na verdade, uma unidade indissociável.

Para que a economia viesse a ter um estatuto próprio, e fosse pensada como tal, duas condições básicas deveriam se colocar. Em primeiro lugar, a produção mercantil deveria se generalizar. Isso só ocorre sob o regime do capital plenamente constituído, fenômeno que se consolida a partir da revolução industrial inglesa. Nesse sentido a autonomia do econômico é sinônimo de autonomia da própria mercadoria: é só quando os nexos de sociabilidade se dão compulsória e exclusivamente pela via das relações econômicas, no caso, pelas relações de troca, que esta esfera da vida social se emancipa da religião e da política. Em outras palavras, é só quando os homens passam a se relacionar – indiretamente – através do mercado (vale dizer, sob o capitalismo) que a economia passa a ter uma dinâmica própria, independentemente de quaisquer outras determinações.

A economia, como “esfera autônoma”, supõe um padrão de sociabilidade fundado nas relações de troca, e não em relações políticas de sujeição pessoal. Em segundo lugar, a reflexão necessitaria se emancipar das amarras da explicação religiosa, processo que remonta à emergência do racionalismo e ao desenvolvimento das “ciências da natureza”.

A “mão invisível” de Smith é a síntese que articula tais elementos: a interação espontânea entre os indivíduos, qualquer que fosse sua motivação, sempre redundaria em uma ordem virtuosa. Virtuosoismo que só não seria alcançado quando a intervenção do Estado – à maneira das práticas mercantilistas – se sobrepusesse ao automatismo da vida social. Na sociedade, assim como na natureza estudada por Newton, prevaleceria a tendência ao equilíbrio. A lei cega da regulação do mercado teria a mesma eficácia da lei da gravidade. Os distúrbios que porventura existissem seriam, por definição,

passageiros, já que o sistema disporia de propriedades imanentes que o reconduziriam sistematicamente, automaticamente, a uma situação de repouso e equilíbrio.

Se a paternidade da economia ainda é objeto de disputa entre os historiadores do pensamento econômico, poucos deixariam de reconhecer na obra de Adam Smith um momento de inflexão no curso do pensamento econômico. Nela, a economia política adquire as feições de uma ciência autônoma - *ciência*, em oposição ao caráter eminentemente prático e prescritivo dos escritos mercantilistas, *autônoma*, pois não mais subordinada à esfera da reflexão política e moral como ainda permanecia no pensamento fisiocrático.³

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Motivos que Propiciaram o Nascimento da Economia Política

Oliveira demonstra que enquanto o capitalismo não se constitui plenamente, a subordinação da classe trabalhadora (disciplina laboral, salários, jornada de trabalho) depende da ação coercitiva do Estado. Da mesma forma, a expansão dos mercados não é produzida como um desdobramento natural do processo de acumulação, senão que remete à intervenção explícita do Estado. Em outras palavras, a estreiteza da base técnica e o fato de o capital não ter revolucionado, ainda, o processo de produção “desde suas entranhas”, fazem com que a regulação dos mercados (incluído o mercado de trabalho) – e a própria reprodução – se dê pela via extraeconômica da intervenção do Estado: “as limitações do processo de acumulação de capital ... exigirão o apoio e a intervenção do Estado para que este processo se desenvolva, intervenção que se cristaliza na política mercantilista”.⁴

A profusão de mercadorias em meio a um ambiente que tudo submete ao crivo da razão é condição crucial para o surgimento da Economia Política. Nas palavras de Belluzzo,

O nascimento da Economia Política, como disciplina autônoma, está amplamente comprometido tanto com modificações que se produziram no ambiente econômico, quanto com as transformações que se operaram na consciência dos povos. Ela surge como uma tentativa de explicação de um mundo abarrotado de mercadorias, onde os homens trocavam seus produtos não para consumir senão para trocar, de novo, amanhã [...].

³ DUMONT, Louis. **From Mandeville to Marx: the genesis and triumph of economic ideology**, Chicago: Univ. of Chicago Press, 1977. p. 167-176; RUBIN, Isaac I. **A history of economic thought**, trad. de Donald Filtzer, London: Ink Links, 1979.

⁴ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, Tese Doutorado, cap. 1. 1985, p. 25.

Pressionada pelas transformações materiais em curso e penetrada até os ossos, pelo racionalismo iluminista, a Economia Política nasce com a responsabilidade de desvendar e enunciar a ‘lei natural’ que regia a nova sociedade econômica”.⁵

A “nova sociedade econômica”, construída sob a égide da violência e da expropriação, redundou em indivíduos “livres”. Livres, e com o “direito natural” a propriedade. Indivíduos que passam a se relacionar através de um sistema expandido de trocas. Indivíduos que movidos por pulsões benignas ou egoístas terminam produzindo, na visão da filosofia moral inglesa, uma sociedade próspera e harmoniosa. Prosperidade e harmonia que, por sua vez, deveriam corresponder a uma vocação espontânea, natural, do organismo social.

Ordem natural, individualismo metodológico, harmonia de interesses, automatismo da regulação mercantil, liberdade e propriedade se combinam, dessa forma, no axioma da “mão invisível” de Adam Smith. O quadro aqui, é inteiramente oposto ao da situação mercantilista. Não mais se trata de descobrir os meios para assegurar o fortalecimento do poder do Estado, mas sim de investigar como se processa o aumento da riqueza real da sociedade. Na verdade, uma nova sociedade, onde as três classes originárias e principais se apropriam de um modo natural do “produto do trabalho de uma nação”

Todo o produto anual da terra e do trabalho de uma nação ... se divide de um modo natural ... em três partes: a renda da terra, os salários do trabalho e os lucros do capital, constituindo, portanto, a renda de três classes da sociedade – a que vive de rendas, a que vive de salários e a que vive de lucros. Estas são as três grandes classes originárias e principais de toda sociedade civilizada⁶

2.2 A Influência de Adam Smith na Política Econômica

Enquanto sua primeira obra literária - A Teoria dos Sentimentos Morais - se apoia principalmente na presença do "homem interior" para prover as necessárias restrições para a ação particular privada, sua segunda obra - Riqueza das Nações - não espera que essa natureza seja contida. Ao contrário, demonstra que são aqueles mesmos homens que agem segundo sua liberdade e pensam exclusivamente no próprio lucro, é que finalmente serão, involuntariamente, os motores do desenvolvimento social.

"Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse", diz Smith.⁷

⁵ BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo** – um ensaio sobre a economia política. São Paulo: Brasiliense, 1980.

⁶ SMITH, Adam. **La riqueza de las naciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1958, p. 239.

⁷ Ibid., p. 17.

Smith procura fornecer uma descrição do estatuto ontológico da esfera econômica, apresentando-a como um *sistema de liberdade natural*. Eliminadas as restrições ao comércio impostas pelos mercantilistas ou a preferência dada à agricultura pelos fisiocratas, o funcionamento desimpedido da economia ocorreria, segundo Smith, de modo ordenado e capaz de proporcionar o máximo bem-estar possível para a sociedade. Neste sentido, o estudo da economia poderia prescindir de uma referência direta à moral: “Tal visão ontológica do sistema de livre mercado permite ao economista estudar as leis deste sistema natural da mesma maneira que Newton estudou a natureza”.⁸

Essa concepção da economia ganhou uma expressão clássica na metáfora da “mão invisível”. Não deixa de ser sugestivo que a única vez em que o conceito aparece na *Riqueza das nações* seja no contexto de uma crítica às restrições mercantilistas ao comércio. Do ponto de vista econômico, esta metáfora é a expressão da admiração de Smith pelo funcionamento eficiente e elegante do mercado como mecanismo de coordenação das decisões individuais dos produtores e consumidores, que impede que uma economia descentralizada e guiada apenas pelas motivações individuais de inúmeros agentes degenerem no caos.

Do ponto de vista da filosofia moral de Smith, a “mão invisível”, além de coordenar as escolhas individuais, “deve moldar os indivíduos em seres sociais construtivos – seres éticos”.⁹

É no inesperado resultado dessa luta competitiva por melhoramento próprio que “a mão invisível” regula a economia, e Smith explica como a mútua competição ou concorrência força o preço dos produtos para baixo até seus níveis “naturais”, que correspondem ao seu custo de produção. Isto vem a ser o foco no qual Smith demonstra que o mecanismo protetor, conversor do mal em bem, é a concorrência e a competição.

Em sua *Teoria dos sentimentos morais*, Smith parte do princípio de que os homens estão dotados de um conjunto variado de sentimentos. Para Smith, os diferentes sentimentos não são em si mesmos bons ou maus. A moralidade de uma ação é ditada apenas pela sua harmonia com o plano divino, ou seja, pelo fato de estar de acordo com as intenções da divindade. Um homem é virtuoso, na medida em que combina e contrabalança seus sentimentos de modo a ser capaz de agir em conformidade com o plano divino, ou seja, agir de modo *justo, prudente e benevolente*.

Durante um longo período, prevaleceu uma interpretação de sua obra que estabeleceu um dualismo e no limite, uma contradição entre os princípios expostos na *Teoria dos sentimentos morais* e aqueles apresentados na *Riqueza das nações*. Esta leitura consistia em afirmar que o primeiro livro tratava das ações humanas motivadas pela *simpatia*, enquanto o segundo se referia às ações baseadas no *egoísmo*.

É preciso afirmar que o segundo livro não é contraditório com as teses do primeiro, mas representa sua continuação. Por outro lado, o seu escopo é menos

⁸ VER ECKE, Wilfried. Ética na economia: da economia clássica ao neoliberalismo. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v.25, n.82: 329-350, 1998.

⁹ EVENSKY, Jerry. Ethics and the invisible hand, *Journal of Economic Perspectives*, v.7(2), p.197-205, 1993.

abrangente, já que se refere essencialmente às ações econômicas, cuja motivação consiste no interesse pessoal. É exatamente isso que permite a Smith tratar dos fenômenos econômicos a partir de um ponto de vista próprio ou específico, pois além de poderem ser descritos de maneira sistemática, eles têm uma natureza peculiar.

Smith lida na *Riqueza das nações* com situações em que o único requisito moral consiste na virtude da *justiça*, situações em que o vínculo social se apoia apenas na “troca mercenária de bons serviços conforme uma avaliação acordada”.¹⁰

Há, em sua visão, uma tendência humana natural e espontânea à troca, que confere à produção de mercadorias (e ao capitalismo) uma existência “natural”. A busca de vantagens pessoais, motivada pelo egoísmo dos homens, faz girar a roda da concorrência e o resultado é uma divisão do trabalho cada vez mais ampla. A divisão do trabalho, por sua vez, é sinônimo de prosperidade. Prosperidade que será tão maior quanto menor for a interferência da “mão visível do Estado”. De sua parte, o lucro capitalista terá um estatuto teórico próprio, da mesma forma que a renda da terra e os salários, as “três fontes originárias de todo valor”.¹¹

Perseguindo apenas seus interesses próprios e tendo assegurada uma condição mínima de justiça, as ações econômicas terminam proporcionando o bem-estar para a nação, sem que o Estado tenha que intervir diretamente sobre elas ou direcioná-las e sem que os homens tenham que contar com a generosidade e benevolência de seus semelhantes:

O desejo apaixonado do homem para melhorar sua condição pelo melhoramento próprio em detrimento do outro - "um desejo que vem conosco do útero materno e nunca nos deixa até que vamos para a sepultura" - é transformado em um agente beneficente social, dando nascimento a uma sociedade ordenada e progressista.

Na esfera da moralidade, o sujeito é convertido num ser social através da ação da simpatia. [...] Na esfera da economia, ao contrário, o que chamaríamos em nosso jargão de ‘socialização’ dos atos humanos é executada por um mecanismo automático, uma propriedade não consciente que é equiparada à operação da Mão Invisível. A esfera econômica é o domínio particular onde a paixão predominante, o egoísmo, pode com boa justificativa ser deixada livre sob a forma do interesse pessoal. Globalmente, Adam Smith distinguiu a ação econômica no interior das ações humanas em geral como sendo o tipo particular de ação que escapa à moralidade sem ser contrária à moral em sentido amplo.¹²

Assim como os fisiocratas, Smith pretende descobrir as propriedades naturais do sistema econômico. Ao contrário destes, contudo, entroniza o indivíduo no centro de tal sistema e liberta o lucro das propriedades inatas da terra. Naturalismo e individualismo

¹⁰ CAMPBELL, R.H. e SKINNER, A.S.. General introduction. In: SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Eds. R. H. Campbell, A. S. Skinner e W. B. Todd. Indianapolis: Liberty Fund, 1981, p.19.

¹¹ SMITH, op cit., p. 51.

¹² DUMONT, op cit., p. 70.

encontram uma peculiar combinação em *A riqueza das nações*. É essa combinação que será oportunamente apropriada e transfigurada pelos precursores daquela que, ironicamente, virá a ser chamada de ciência econômica.

2.3 A Divisão de Trabalho e Mercado

Como já é quase lugar comum nas Ciências Sociais, desde as obras de Adam Smith, o mercado tem uma ligação bastante estreita com a divisão do trabalho. Em Smith, no entanto, divisão do trabalho e mercado estão duplamente relacionados: por um lado, a troca origina a própria divisão do trabalho na medida em que uma pretensa “propensão à troca”, atributo imanente à espécie humana, dá origem à especialização, por outro, é a própria extensão do mercado que permite a especialização individual e, portanto, a divisão do trabalho.

Conforme Rubin,

mas que feliz intuição aquela que o levou a colocar a descrição da divisão do trabalho bem no início do livro. Por conta disso, a sociedade mercantil emerge imediatamente como uma sociedade baseada, de um lado, na divisão do trabalho, e de outro, na troca entre unidades econômicas individuais – em outras palavras, como uma sociedade baseada no trabalho e na troca (uma ‘sociedade comercial’, para empregar o termo usado por Smith).¹³

Segundo Smith, por o homem ser dotado de razão que ele pode se relacionar socialmente com outros homens através da troca. A troca, por seu turno, ao impor um contato social aos indivíduos isolados dá origem a própria sociedade capitalista: “Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial”.¹⁴

Trabalho e troca formam então um par inseparável, pois é a propensão inata dos homens à troca e à barganha que dá origem à divisão do trabalho. Esta última torna-se o fio condutor da exposição, pois é a principal causa da “opulência universal”. Troca e trabalho são apresentados, então, como os princípios básicos a partir dos quais a imensa variedade de fenômenos econômicos pode ser explicada.¹⁵

Num estágio inferior de desenvolvimento social, do qual Smith parte em sua análise, cada produtor, proprietário de seus próprios meios de produção, encontra-se isolado dos demais dentro de sua especialização produtiva. É somente na circulação da produção que se estabelece a relação social entre os produtores, onde cada um se beneficia do grau de produtividade que todos tiverem atingido na divisão do trabalho.

¹³ RUBIN, Isaac I. **A history of economic thought**, trad. de Donald Filtzer, London: Ink Links, 1979. p. 178.

¹⁴ SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 3. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988, (col. Os Economistas.), p. 31.

¹⁵ COUTINHO, Maurício C. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 110-1.

Sua constatação de que “em um país civilizado são muito poucas as mercadorias cujo valor de troca se deva unicamente ao trabalho”¹⁶ o situa na perspectiva de uma embrionária teoria aditiva do valor, segundo a qual cada “fator de produção” dá a “sua contribuição” à formação do valor dos produtos. Sua observação de que “os capitais aumentam com a sobriedade e a parcimônia, e diminuem com a prodigalidade e a dissipação”¹⁷, de modo que “todo pródigo é um inimigo da sociedade, e todo homem sóbrio um benfeitor”¹⁸, parece antecipar o dogma da prevalência da poupança sobre o investimento. Sua repulsa aos “sistemas de preferência ou restrições” e sua adesão ao “sistema de liberdade natural” revelam, por fim, um otimismo incontido em relação às virtudes da livre concorrência para os “progressos da sociedade”¹⁹, ponto de honra da razão liberal.

Ao reportar sua análise ao capitalismo, Smith argumenta que o que é específico ao capitalismo é o fato de que o capital, ao pôr ao seu comando certo número de trabalhadores, os provê com os meios de subsistência necessários e lhes possibilita utilizar as melhores máquinas, em outras palavras, o capital é o meio pelo qual se potencializa a divisão do trabalho possibilitada pela troca. Providos dos meios de subsistência, aos quais os trabalhadores isolados só poderiam obter após a venda do produto de seus trabalhos, e utilizando-se de máquinas, o capital possibilita uma melhor distribuição do trabalho social e um incremento na produtividade do trabalho.²⁰

Smith se tornou uma referência marcante para a reflexão econômica que, fundada na lógica da maximização individual, pretende descobrir os princípios que regulam a operação do sistema econômico, e, sobretudo, exaltar os auspiciosos resultados que decorreriam da livre operação dos mercados.

Screpanti & Zamagni observam a propósito, que “quase todos os seguidores de Smith no período compreendido entre a publicação de ‘*A riqueza das nações*’ e o fim das guerras napoleônicas desenvolveram suas ideias no âmbito da teoria do equilíbrio competitivo individualista”.²¹

Para Smith, portanto, o capitalismo nada mais é que a realização da própria natureza humana, objetivação social da “propensão a intercambiar”. Para completar o quadro da sociedade a que ele tem em mente falta ainda agregar mais um traço específico a natureza humana: o egoísmo.

De acordo com Smith, um dos traços específicos da natureza humana é o egoísmo, que é o elemento fundante da própria sociedade comercial. Desde que um indivíduo, na procura de seus interesses egoístas, não impeça aos demais a obtenção dos seus próprios

¹⁶ SMITH, op cit., p. 53.

¹⁷ Ibid., p. 305.

¹⁸ Ibid., p. 308.

¹⁹ Ibid., p. 612.

²⁰ NAPOLEONI, Cláudio. **O Valor na Ciência Econômica**. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1977. p. 19-31

²¹ SCREPANTI, Ernesto, ZAMAGNI, Stefano. **An outline of the history of economic thought**. Oxford: Clarendon Press, 1995. p. 64-65.

interesses — o que deve ser garantido pelo Estado —, a busca do interesse pessoal gera benefícios para todos.²²

Em precisando a maneira pela qual, as atitudes egoístas individuais se transformam em virtude coletiva segundo a teoria de Smith, faz-se necessário primeiro precisar seu conceito de riqueza nacional, sua preocupação central ao escrever “A Riqueza das Nações” em 1776. Smith definiu a riqueza nacional como o produto *per capita* resultante do trabalho produtivo da nação. Este produto, por seu turno, depende das forças produtivas do trabalho e da proporção entre trabalhadores produtivos e trabalhadores improdutivo. Segundo ele, o mais importante desses dois determinantes do produto nacional é a força produtiva do trabalho, o qual depende por sua vez, da divisão do trabalho:

O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações. Conforme, portanto, essa produção, ou o que com ela se compra, estiver numa proporção maior ou menor em relação ao número dos que a consumirão, a nação será mais ou menos bem suprida de todos os bens necessários e os confortos de que tem necessidade. Essa proporção deve em cada nação ser regulada ou determinada por duas circunstâncias diferentes; primeiro, pela habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for geralmente executado; em segundo lugar, pela proporção entre o número dos que executam trabalho útil e o dos que não executam tal trabalho. [...] a abundância ou escassez de bens de que a nação disporá parece depender mais da primeira das duas circunstâncias mencionadas do que da segunda. [...] o maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho.²³

Numa sociedade em que a divisão do trabalho já se impôs e que portanto um indivíduo só pode prover suas necessidades pela troca, e que o capital já é uma realidade desenvolvida, os capitalistas se esforçarão em aplicar seus capitais de maneira mais eficiente naqueles setores onde a taxa de lucro é maior. Cada capitalista ao assim proceder, visando unicamente seus próprios interesses, estará maximizando a oferta de seus produtos à sociedade e, ao mesmo tempo, estará em condições de se apropriar dos excedentes dos demais indivíduos. Em outros termos, cada indivíduo ao procurar seu próprio interesse estaria inconscientemente, promovendo o bem geral, ou seja, incrementando as forças produtivas do trabalho e, com ela, a riqueza nacional. Em suas palavras:

Todo indivíduo empenha-se continuamente em descobrir a aplicação mais vantajosa de todo capital que possui. Com efeito, o que o indivíduo tem em vista é sua própria vantagem, e não a da sociedade. (...) Ora, a renda anual de cada sociedade é sempre exatamente igual ao valor de troca da produção total

²² NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. 4. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985.

²³ SMITH, op cit., p. 11 e 17.

anual de sua atividade, ou mais precisamente, equivale ao citado valor de troca. Portanto, já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. (...) e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por [uma] mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções.²⁴

Smith enumera as três circunstâncias associadas à divisão do trabalho que permitem alcançar um salto de produtividade: a) o aprimoramento da destreza do trabalhador, pela repetição de operações simples; b) a eliminação das perdas de tempo na passagem de uma tarefa à outra; e c) a invenção de instrumentos destinados a poupar trabalho, que se torna mais fácil em função da divisão do processo produtivo em operações simples

Ainda que cada produtor esteja apenas perseguindo seu interesse individual, ele acaba, dessa maneira, atendendo ao interesse dos demais. Prevalece, portanto, a percepção de uma ordem harmoniosa entre os homens, que deixa em segundo plano os possíveis antagonismos entre os interesses individuais ou os efeitos desastrosos da concorrência sobre os produtores: falências, desemprego etc....²⁵

Essa descrição da esfera econômica revela, em primeiro lugar, que o que parece ser uma troca de *produtos* por *dinheiro* consiste numa troca de *produtos do trabalho humano* e, em segundo lugar, que a troca de *produtos do trabalho* de diferentes produtores se reduz, na verdade em uma troca de *trabalhos*.²⁶

É importante frisar que o mecanismo que garante o processo acima descrito é a concorrência entre os capitais na busca da maior taxa de lucro. E, ademais, o que impele os capitais a se deslocarem de um setor de atividade a outro são as flutuações dos preços de mercado em redor do preço natural (valor), que expressam, em última instância, as condições da oferta e demanda pelas várias mercadorias.²⁷

2.4 A Influência do Estado no Mercado

Quando o Estado, ou qualquer outro tipo de instituição ou estrutura, interfere no livre funcionamento da “mão invisível do mercado”, o resultado é que os capitais são artificialmente desviados daqueles empregos naturais, diminuindo a renda e a produção do país. Na medida em que Smith rechaça a intervenção do Estado na economia, por ser danosa ao bem-estar geral, ganha o liberalismo sua primeira formulação orgânica.²⁸

²⁴ SMITH, Ibid, p. 64-65.

²⁵ RUBIN, op cit., p. 180.

²⁶ RUBIN, idib, p. 182.

²⁷ SMITH, op cit.

²⁸ Ibid.

Guedes afirma o seguinte:

A troca realiza, pois, em Smith uma função integradora, unificadora. Ela sociabiliza os indivíduos isolados na produção, através de um nexu externo (o mercado) e torna possível a vida social. Por consequência, o grau de sociabilidade com que se relacionam os indivíduos depende da extensão do próprio mercado (locus onde se realizam as trocas); deste modo, estender e ampliar este último significa o mesmo que ampliar a sociabilidade. Por isso, qualquer ato ou política que venha limitar a extensão do mercado é um ato contrário àquilo que se chamou de ‘sociedade universal das nações’.²⁹

Este potencial, no entanto, é colocado em risco pelos efeitos negativos do próprio desenvolvimento das “sociedades comerciais”, que reclamam a atenção e o cuidado do legislador. O governo é chamado não apenas a prover a defesa, justiça e infraestrutura, que são condições necessárias para o desenvolvimento do mercado, mas também a tomar medidas que se contraponham aos efeitos debilitantes da divisão do trabalho sobre a capacidade moral dos trabalhadores.³⁰

Estas e outras considerações apresentadas em sua obra *Riqueza das Nações*, que problematizam as relações entre riqueza e virtude no desenvolvimento da civilização, foram em grande medida ignoradas ou obscurecidas na recepção dessa obra pelos economistas do século XIX.

No contexto do século XIX, estas referências mais amplas do sistema de liberdade natural foram gradualmente esquecidas e a lição de Smith foi reduzida a uma mera defesa do livre comércio. Despida de suas intenções originais, a *Riqueza das nações* passou a ser lida apenas como *uma descrição do funcionamento autorregulado e espontâneo do mercado*, uma *análise* da produção e distribuição das riquezas materiais articuladas exclusivamente em torno de uma teoria do valor (de troca). As relações entre ética, economia e política foram, então, deslocadas para um plano secundário ou esquecidas.

CONCLUSÃO

A contraposição valor de uso/valor de troca, expressa no famoso paradoxo da água e do diamante; a preocupação em definir uma “medida” adequada para o valor de troca (o trabalho “comandável”); a distinção entre o “preço natural” e os “preços de mercado”; a conexão entre o “trabalho produtivo” e o processo de criação do valor são, entre tantos, alguns exemplos de questões lançadas por Smith que irão marcar a reflexão econômica do século XIX.

²⁹ GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro. Mercado: uma reavaliação crítica. In: **Revista Impulso**, v. 6, n. 13, Piracicaba: UNIMEP, 1993. p. 82.

³⁰ MULLER, Jerry Z.. **Adam Smith in his time and ours: designing the decent society**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1995. p. 148-150.

Quando observa – em clara contradição com sua própria ideia acerca das “três fontes originárias” – que “o patrão participa no produto do trabalho de seus operários, ou no valor que o trabalho incorpora aos materiais, e nesta participação consiste o seu lucro”, Smith lança as sementes de uma teoria dedutiva do valor, na qual o lucro e a renda da terra surgem como apropriações unilaterais, e não como a remuneração dos consagrados “fatores de produção”.

A própria discussão de Smith sobre a evolução dos salários, da renda da terra e dos lucros com “o aumento do capital” inaugura uma problemática que marcará os rumos da Economia Política. Seu prognóstico é o de que os salários (“o preço real do trabalho”) crescem com o avanço da acumulação. Mas nem por isso os preços dos produtos se elevam, já que a produtividade do trabalho compensa, com folga, o crescimento dos salários.

“Existem muitos produtos que, devido a esses avanços (da produtividade), se produzem com menos trabalho que antes, de tal sorte que a elevação do preço do trabalho é mais que compensada pela diminuição do número de trabalhadores necessários”.³¹

Embora, devido ao estado florescente da sociedade, o preço real do trabalho aumente consideravelmente, a grande diminuição da quantidade de esforço de que cada coisa necessita, compensa largamente a elevação que poderia haver em seu preço [...].³²

Os interesses dos trabalhadores, em sua visão, estão “intimamente ligados ... ao interesse geral da sociedade”, porém quando a “riqueza real da sociedade” declina, “nenhuma classe sofre tão cruelmente ... como a classe trabalhadora”. A opinião dos trabalhadores, adverte Smith, quase nunca é atendida nos “negócios públicos”, a não ser “naquelas ocasiões particulares em que suas reclamações são apoiadas, estimuladas ou promovidas pelos patrões, mais com vistas a seus particulares interesses que aos de seus patrocinados”.³³

Smith identifica, também, uma tendência ao crescimento da renda terra: “Todos avanços no ambiente que circunda uma sociedade tendem, de uma maneira direta ou indireta, a elevar a renda real da terra, a incrementar a riqueza real do proprietário ...”, de sorte que seus interesses, assim como os dos trabalhadores, “se encontram íntima e inseparavelmente vinculados com o interesse geral da sociedade”.³⁴

Em relação aos lucros, a posição de Smith é clara: o aumento da concorrência entre os capitalistas faz cair a taxa de lucro. Em suas palavras, “o aumento do capital, que faz subir os salários, tende a diminuir os lucros. Quando os capitais de muitos

³¹ SMITH, op cit., p. 84.

³² Ibid, p. 233-234.

³³ SMITH, op cit., 239-240.

³⁴ Ibid., p. 238-239.

comerciantes ricos se investem em um mesmo negócio, a natural concorrência que estabelecem tende a reduzir seu lucro...”.³⁵

A concorrência, assim, “encarece os salários do trabalho e diminui os lucros do capital”³⁶. Pois bem, o fato de que “a taxa de lucro não sobe, tal com acontece com a renda e com os salários, à medida que aumenta a prosperidade” coloca a classe capitalista sob suspeição: seus interesses “não se encontram tão intimamente relacionados, como os das outras duas classes, com o interesse geral da sociedade”.

Os comerciantes e fabricantes, na percepção de Smith, são “as categorias que empregam os capitais mais consideráveis e, devido à sua riqueza, são objeto da maior consideração por parte dos poderes públicos”. Deste modo, “os interesses dos que operam em certos ramos do comércio ou das manufaturas, em alguns aspectos, não apenas são diferentes, mas completamente opostos ao bem público”, já que “o interesse do comerciante consiste sempre em ampliar o mercado e restringir a concorrência”.

Se é verdade que “a ampliação do mercado coincide, em regra geral com o interesse do público ... a limitação da concorrência redundando sempre em seu prejuízo, e só serve para que os comerciantes (elevem) seus lucros acima do nível natural”. Em conclusão, “toda proposição de uma lei nova ... que proceda desta classe de pessoas, deve ser analisada com a maior desconfiança”. Em muitas ocasiões, adverte Smith, a experiência demonstrou que as proposições desta “classe de gente” tende apenas a “iludir e oprimir a comunidade”.³⁷

REFERÊNCIAS

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo** – um ensaio sobre a economia política. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CAMPBELL, R.H. e SKINNER, A.S.. General introduction. In: SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Eds. R. H. Campbell, A. S. Skinner e W. B. Todd. Indianapolis: Liberty Fund, 1981.
- COUTINHO, Maurício C. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- DUMONT, Louis. **From Mandeville to Marx: the genesis and triumph of economic ideology**, Chicago: Univ. of Chicago Press, 1977. p. 167-176; RUBIN, Isaac I.. **A history of economic thought**, trad. de Donald Filtzer, London: Ink Links, 1979.
- EVENSKY, Jerry. Ethics and the invisible hand, **Journal of Economic Perspectives**, v.7(2), p.197-205, 1993.
- GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro. Mercado: uma reavaliação crítica. In: **Revista Impulso**, v. 6, n. 13, Piracicaba: UNIMEP, 1993.
- MULLER, Jerry Z.. **Adam Smith in his time and ours: designing the decent society**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1995.
- NAPOLEONI, Cláudio. **O Valor na Ciência Econômica**. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1977.

³⁵ Ibid., p. 85.

³⁶ Idem, p. 320.

³⁷ Idem, p. 240-241.

_____. **Smith, Ricardo e Marx**. 4. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **O processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, Tese Doutorado, cap. 1. 1985.

RUBIN, Isaac I. **A history of economic thought**, trad. de Donald Filtzer, London: Ink Links, 1979.

SCREPANTI, Ernesto, ZAMAGNI, Stefano. **An outline of the history of economic thought**. Oxford: Clarendon Press, 1995. p. 64-65.

SMITH, Adam. **La riqueza de las naciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

_____. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 3. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988, (col. Os Economistas.).

VER EECKE, Wilfried. **Ética na economia: da economia clássica ao neoliberalismo**. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v.25, n.82: 329-350, 1998.